EIXO CAPITAL



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Divulgação/MPDFT



Bolsonaro nomeia novo chefe do MPDFT

Nomeado pelo presidente Jair Bolsonaro para a chefia do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), o promotor de Justiça Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur integra um grupo que está no comando da instituição há quatro mandatos. A força que conta com o apoio da classe teve início com a designação do hoje desembargador Leonardo Bessa como procurador-geral de Justiça do DF. Ele tomou posse em 2014, designado para o cargo pela então presidente Dilma Rousseff. Foi reconduzido para mais uma gestão por Michel Temer e fez a sucessora, a atual procuradora-geral de Justiça, Fabiana Costa Barreto. Ela conclui, em dezembro, o segundo mandato. Georges Seigneur toma posse no mesmo mês e deve manter a linha da atual administração. Ele foi o segundo mais votado na classe. A lista tríplice contava também com os promotores Dermeval Farias Gomes Filho e Wagner de Castro Araújo. Dermeval tinha o apoio do procurador-geral da República, Augusto Aras, mas Seigneur trabalhou bem a nomeação.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Doações dos filhos e do vice

Metade dos recursos aplicados da campanha do empresário Paulo Octávio (PSD) ao Palácio do Buriti saiu das contas dos filhos Felipe Octávio Kubitschek e André Octávio Kubitschek, que doaram R$ 180 mil, e do vice na chapa, Felipe Belmonte (PSC), que transferiu R$ 710 mil. No total, PO teve uma das campanhas mais baratas ao GDF: R$ 1,847 milhão, sendo R$ 939 mil doados pelo partido do candidato ao Buriti.

Comentário sobre Nordeste tromba em parceria com BRB



Flamengo/Divulgação

Uma declaração da diretora de responsabilidade social do Flamengo, Angela Machado, criticando a eleição de Lula à Presidência da República pode complicar a parceria entre o time carioca e o BRB. Mulher do presidente do Flamengo, Rodolfo Landim, Angela fez um comentário considerado pejorativo sobre o Nordeste, que, em maioria, votou em Lula. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep), requisitou à direção do BRB uma análise sobre eventual descumprimento contratual por parte do Flamengo em parceria firmada entre as partes. O objetivo é verificar se houve violação de cláusula que diz respeito à não adoção ou apoio de práticas de discriminação negativa e/ou injuriosa, relacionada às raça, cor, sexo, religião, opção sexual, origem ou qualquer outra característica pessoal de seus profissionais. O BRB tem o prazo de 20 dias para enviar os esclarecimentos. Cabe ao Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) a fiscalização da parceria, por ser uma instituição financeira que recebe recursos públicos do DF.

Aposta milionária

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Mas quem mais tirou dinheiro do bolso na eleição do DF foi a família Parente. Rafael Parente nem chegou a disputar a eleição ao GDF e gastou R$ 1,4 milhão em recursos próprios. A maior parte (R$ 810 mil) foi liberada pelo pai do candidato, Pedro Parente, que ocupou diversos cargos públicos até a presidência da Petrobras, e hoje é o CEO da BRF, uma das maiores empresas alimentícias do mundo, que comanda marcas como Sadia e Perdigão. Rafael Parente ajudou candidatos e o próprio partido.

CLDF/Divulgação



À QUEIMA-ROUPA

THIAGO MANZONI,
deputado distrital eleito pelo PL

"Espero que os congressistas eleitos na esteira do presidente Bolsonaro permaneçam leais aos seus eleitores e ao que defenderam durante a campanha"

O presidente Jair Bolsonaro teve na eleição o apoio de quase 60% dos votos válidos. Acredita que o futuro presidente Lula terá uma relação de conflito com o DF?

Não acredito em relação conflituosa; até porque Bolsonaro venceu em 4 das 5 regiões do país. Penso que o novo governo deve respeitar as opiniões divergentes e trabalhar para todos os brasileiros.

Como, na sua opinião, será a relação do governador Ibaneis Rocha com Lula?

Pragmática e respeitosa, fazendo o necessário para executar uma boa gestão no DF.

Qual vai ser a sua posição na Câmara Legislativa em relação ao governo Ibaneis? Será base de apoio, independente ou oposição?

Apoiar as pautas que farão o DF avançar e questionar as que, eventualmente, apontem em sentido contrário. Permanecerei fiel aos meus princípios e valores, atuando com a independência que todo parlamentar deve ter, sempre contribuindo para melhorar a vida do cidadão do DF.

Qual vai ser o foco do seu mandato?

Os pilares da minha campanha: família, emprego e fiscalização.

Qual vai ser o seu primeiro projeto a apresentar assim que assumir?

Tenho alguns em mente, voltados à proteção das nossas famílias, nossas crianças e da liberdade.

O senhor se elegeu com uma bandeira bolsonarista. Como esse perfil vai influenciar na sua atuação como deputado distrital?

Luto por princípios e valores que se alinham àqueles defendidos pelo Presidente Bolsonaro. Continuarei a batalhar pela família, pela liberdade, pela geração de riqueza e para que a política seja para o cidadão. Penso que isso seja justo e moral. Esse será o meu norte de atuação.

Acha que a deputada Bia Kicis deve assumir a presidência do PL-DF?

A Bia é hoje a maior liderança conservadora no DF e uma das maiores do país. Foi a deputada federal mais votada aqui e, proporcionalmente, a mais votada no Brasil. Ela possui as virtudes e a determinação necessárias para ocupar a posição que almejar. A meu ver, seria algo legítimo e natural.

Acredita que o PL vai se aproximar de Lula no Congresso?

O cenário político nacional está passando por transformações. Espero que os congressistas eleitos na esteira do presidente Bolsonaro permaneçam leais aos seus eleitores e ao que defenderam durante a campanha.

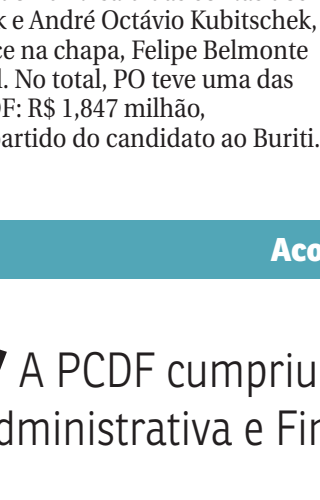
Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

INVESTIGAÇÃO / A PCDF cumpriu 10 mandados de busca e apreensão que envolvem irregularidades no Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF), da Secretaria de Educação, em uma unidade de ensino do Paranoá

Desvios nos recursos de escolas

» JÚLIA ELEUTÉRIO

Fotos: Divulgação/PCDF



Segundo a PCDF, crimes também envolvem empresas prestadoras de serviços

CAIC Santa Paulina é um dos locais onde a ocorrência foi identificada

Após denúncias de colaboradores de uma escola pública no Paranoá, a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), por meio da Delegacia de Repressão à Corrupção (DRCOR), iniciou as investigações para apurar a má aplicação de verbas do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF), da Secretaria de Educação. Ontem, a operação Reprovados cumpriu 10 mandados de busca e apreensão no DF, nas cidades do Paranoá, Planaltina e Águas Claras.

Segundo a polícia, até o momento, foram identificadas quatro empresas envolvidas nas fraudes, além de uma servidora da unidade de ensino CAIC Santa Paulina, no Paranoá. As buscas para desarticular a ação do grupo e conseguir mais elementos para as investigações ocorreram nos endereços vinculados à unidade escolar, às empresas, aos empresários e à funcionária pública da escola. Nos locais, foram apreendidos documentos e materiais eletrônicos que serão analisados pelos investigadores.

Chefe da Delegacia de Repressão à Corrupção (DRCOR), Adriano Valente explica que o programa é voltado a possibilitar que as unidades escolares do DF possam realizar pequenas compras e reparos de uma forma menos burocrática, facilitando o funcionamento. "No entanto, esses recursos vêm sendo desviados e mal utilizados em diversas escolas", destaca o delegado.

O crime seria cometido por gestores de escolas e empresários. "Há fraude no procedimento seletivo para as empresas que deveriam prestar esses serviços e fornecer as mercadorias. Assim, grande parte das verbas são desviadas por esses empresários e pelos servidores das escolas envolvidas na ação criminosa", comenta Valente.

As investigações indicaram a existência de notas fiscais referentes à aquisição de mercadorias que sequer fazem parte do objeto social das empresas que as emitiram. Além disso, as diligências verificaram notas fiscais com data anterior à do próprio orçamento e à apresentação de orçamentos por empresas fictícias.

Outras duas operações para a repressão da má utilização dos recursos do PDAF foram realizadas no ano passado. "Provavelmente, novas fases da operação serão realizadas nos próximos dias pela DRCOR", pontua Valente. Com as investigações ainda em curso, a polícia não especificou o montante desviado e os nomes dos envolvidos na prática criminosa.

Ao final do inquérito, os envolvidos podem responder pelos crimes de peculato, falsificação de documentos e organização criminosa, entre outros delitos que podem ocorrer ao longo das diligências. As penas somadas podem chegar a 21 anos de prisão. Questionada pelo **Correio** sobre as investigações na Escola CAIC Santa Paulina, a Secretaria de Educação do DF informou apenas que "as investigações correm em segredo de Justiça".

Operações

Em outubro de 2021, a DRCOR cumpriu 17 mandados de busca e apreensão devido a irregularidades existentes no Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) para custear reformas da rede pública ligadas à Coordenação Regional de Ensino (CRE) do Recanto das Emas. A investigação, em parceria com a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público Social, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, teve início no ano anterior por suspeitas de que pessoas jurídicas contratadas pela CRE para executar obras e serviços estariam vinculadas a servidores da pasta da educação.

As empresas investigadas fariam uso de notas fiscais frias para atestar serviços não prestados de fato e com superfaturamento de valores. O esquema consistia no direcionamento de contratos para pessoas jurídicas vinculadas aos servidores da CRE do Recanto das Emas, que simulavam uma competição entre si.

Meses antes, em agosto, outra investigação apurou as mesmas suspeitas de desvios de recursos públicos do PDAF. Dessa vez, no entanto, envolvia a Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto. Chamada de Quadro Negro, a polícia e o ministério público investigaram as fraudes que teriam ocorrido entre 2018 e 2020.

À época, foram cumpridos 11 mandados de busca e apreensão em empresas e residências de empresários na Asa Norte, na Asa Sul, no Guará, em Samambaia, em Sobradinho e em Taguatinga, além da Diretoria de Prestação de Contas da Secretaria de Educação e a Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto.